

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA E OS DESCAMINHOS PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

BRAGA, Veronice Lopes de Souza* – UCDB – verbraga@terra.com.br

GT-12: Currículo

Agência Financiadora: FUNDECT e CAPES

Introdução - Pesquisa documental, em andamento, sobre a avaliação nacional da educação básica nas escolas municipais indígenas ou escolas que atendem as comunidades indígenas, nos municípios de Campo Grande, Dourados e Caarapó, em Mato Grosso do Sul, compreendendo os exames nacionais aplicados aos 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental, no período compreendido entre 2003 a 2007.

A questão norteadora, proposta para esta pesquisa é a seguinte: Como avaliar institucionalmente o ensino e a aprendizagem nas escolas indígenas, levando em consideração as diferenças culturais? A temática atenta para as relações de poder, como via de mão dupla, buscando compreender o complexo processo de afirmação das diferenças numa sociedade, que se orienta pelo conceito de identidade nacional, de caráter monocultural.

O estudo proposto ancora-se na cultura e embasa-se em estudiosos que defendem essa linha de pensamento, entre eles: Adir Casaro Nascimento, Antonio Jacó Brand, Homi K. Bhabha, José Licínio Backes, Maria Isabel Edelweiss Bujes, Marina Vinha, Marisa Vorraber Costa, Stuart Hall, Tomaz Tadeu Silva e Zygmunt Bauman.

As avaliações nacionais, segundo os técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP, são necessárias para definir o planejamento de políticas públicas para a distribuição de transferências de verba aos estados, contribuem para a correção de rumos e o monitoramento dos recursos públicos financeiros.

Nas provas/exames do Sistema de Avaliação Nacional da Educação Básica/ANEB (SAEB), avalia-se o ensino e a aprendizagem por enunciados de competências e de habilidades, o que facilita a mensuração e o controle dos resultados e, provavelmente, atende à lógica da qualidade total, sob a ótica neoliberal, sendo que a universalidade dessas provas/exames não permite atentar para as diferenças.

* GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE/CNPq/UCDB Orientador Prof. Dr. Antonio Jacó Brand Bolsista da FUNDECT/CAPES Apoio DETRAN/MS.

Os exames que compõem o sistema de avaliação são de proficiência lingüística em língua portuguesa e cálculos em matemática. Os teóricos Berger e Luckmann (1985) atribuem à linguagem a concepção de instituição social, a própria constituição da cultura. Como o aluno indígena ressignificará as marcas sociais, que acompanham a linguagem em sua cultura, nessa passagem para a norma culta da língua européia e, ainda, como ele trabalhará os cálculo de abstrações que não são enfocados no grupo social? Os resultados da pesquisa pretendem contribuir para as discussões sobre uma proposta de avaliação nacional para as escolas indígenas.

Breve Histórico - A educação escolar indígena, desde o século XVI, pautou-se pela catequização e pela “integração” forçada dos indígenas ao mundo do colonizador, negando e buscando superar as diferenças. Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, nos artigos 210, 215 e 231, os povos indígenas são considerados como grupos étnicos diferenciados, com direito de expressarem-se em sua própria língua materna e com direito a uma educação apoiada nos processos próprios de aprendizagem, cabendo, ao Estado, não mais legislar sobre a sua integração, mas a tarefa legal de proteger suas manifestações culturais.

Em decorrência das novas disposições constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece, nos artigos 78 e 79, o atendimento escolar às comunidades indígenas em suas especificidades.

No momento presente existe um esforço empreendido pelos movimentos em prol de uma educação indígena diferenciada da estrutura escolar urbana (que foi, anteriormente, introduzida nas aldeias), o que só pode acontecer a partir de uma formação apropriada do professor e de uma diferenciação metodológica com base na cultura, nas diferenças.

Santomé (2003) considera o currículo (diferenciado) voltado para a cultura, como o movimento de alteridade e de preservação de um povo, pois, assegura a sua continuidade e traduz seus construtos conceituais, seus sistemas simbólicos, seus valores e crenças, constituindo um acervo de onde se abastecem as interpretações dos participantes, traduzidas por meio da comunicação de um para com os outros ou entre os outros e o mundo.

A instituição escola indígena pode auxiliar na expansão/reforço desses laços de pertencimento, haja vista que as relações de poder são vias de mão dupla, em que a alteridade e a ambivalência estão presentes e são traduzidas.

Os descaminhos entre a regulação/control e as diferenças... A avaliação nacional, ao priorizar os padrões da cultura hegemônica, considerada como única e legítima, nega as demais formas de cultura e passa ao largo das dificuldades que os alunos indígenas enfrentam. Passa ao largo do próprio texto constitucional, que reconhece aos povos indígenas o direito à diferença e, como consequência, o direito a uma escola diferenciada.

Sob a ótica do Sistema de Avaliação Nacional para Educação Básica, atender as diferenças provocaria ou tem um sentido de ingovernabilidade, pois o governo precisaria revisar as próprias condutas de abstração, pois, segundo Silva (2003a, p. 191), é governável o que é conhecido e que pode ser calculável. Por isso, “a importância de exames, medidas, inquéritos, questionários, cujos resultados devem se expressar de forma concreta, em gráficos, diagramas, mapas, estatísticas”.

O arcabouço das avaliações nacionais tem a sua base na cultura européia, no neoliberalismo e no positivismo, de Durkheim e de Comte, tomando como princípios basilares o das competências e das habilidades individuais, pré-determinadas pelo sistema de avaliação. A própria organicidade na democracia liberal para a avaliação escolar não trata apenas de mecanismos externos de controle, mas da lógica do auto-governo e da individualidade.

A avaliação nacional e o seu resultado exercem sobre gestores e educadores um *fetich*. A concepção de fetich aqui abordada tem seu aporte teórico em Silva (2003b), que aponta o *fetich*, como algo que mesmo depois de despido, volta a vestir-se de outra roupagem, mantendo-se representado. Portanto, o *fetich* é intrínseco às formas de representação e às relações de poder que constituem a cultura.

Ao analisar a avaliação nacional e o currículo escolar observavam-se mais os aspectos cognitivos, as idéias, os conceitos, as informações, deixando de ver, entre outros, os aspectos reguladores do tempo e do espaço, das relações sociais e de poder, ou seja, os aspectos de controle do que é incontrolável, a cultura.

A identidade da qualidade total, importada do campo produtivo para o campo da educação, assume, na educação, o mesmo conceito da mercantilização, da interpretação dualista e conservadora, cujo produto final é a satisfação total. No campo educacional, o tom da satisfação total é traduzido pelas melhores colocações no posicionamento

estatístico das escolas que, supostamente, aponta a melhoria do processo ensino-aprendizagem diante das propostas políticas educacionais.

Uma educação para a sustentabilidade das diferenças não pode ancorar-se na abordagem da produtividade, uma vez que o sentimento de pertença, de exclusão e de regulação está presente nos grupos sociais, na alteridade do outro, que o faz diferente.

Nascimento (2004) esclarece que para se respeitar o outro, no caso as comunidades indígenas, a educação escolar indígena precisa ser vista como um fato social em que são respeitadas as diferenças culturais. As contribuições de Brand (2001) corroboram, no âmbito dos Estudos Culturais, para a “desconstrução” e ressignificação dos conceitos clássicos, no que diz respeito à educação escolar indígena, à cultura indígena e suas implicações sociais.

Metodologia - A metodologia fundamenta-se num conjunto de estratégias, apoiadas na perspectiva de que a cultura possibilita a tradução do conhecimento epistemológico, na história e nas convenções coletivas, para identidades multirreferenciadas. Na pesquisa documental pretende-se analisar os documentos oficiais, comparando-os com os discursos dos sujeitos, gestores e técnicos das Secretarias Municipais. As interpretações são subjetivas, articuladas e condicionadas aos sujeitos e a sua relação de poder. Para melhor compreensão didática, o trabalho prevê duas etapas, todas focadas na questão norteadora que orienta esta investigação: 1ª etapa: Estudo das Leis e das políticas para educação escolar dos povos indígenas, no âmbito federal, estadual e municipal, incluindo pareceres, deliberações, resoluções e outras publicações, emanadas desses órgãos; 2ª etapa: Revisão bibliográfica, tendo em vista a sustentação teórica do estudo, o suporte analítico e o alinhavo da pesquisa empírica, contextualizando as relações sociais com as práticas educativas, deflagradas nos discursos dos sujeitos entrevistados ou envolvidos na pesquisa.

(In)Considerações... O trabalho apresentado, conforme já foi dito anteriormente, encontra-se em andamento. Entende-se o tema como relevante, porque busca investigar e analisar a avaliação educacional para as escolas indígenas, a partir de um traçado diferenciado das escolas não índias e, ainda, apontar para os descaminhos entre as avaliações nacionais em educação e a proposta de educação escolar indígena.

Os documentos já analisados - as Portarias/MEC/INEP n. 931/05, 69/05, 89/05 e 47/07 e os Relatórios Nacionais do SAEB (ANEB), anos 2003 e 2005, produzidos pelo

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP – entre outros, pressupõem a ancoragem teórica na psicologia da experimentação e na psicologia da sociologia, pois, o enfoque do resultado da avaliação aborda as dificuldades do ensino na aprendizagem final do aluno como elementos unitários.

Entretanto, não se pode perder de vista que a escola e a cultura são invenções da humanidade, criadas pela modernidade como um guarda-fronteira para o controle e regulação. O conceito de fronteira aqui defendido é o mesmo enunciado por Barth (2000, p. 14), “como um espaço social em que os grupos sociais mantêm sua identidade quando seus membros interagem com os outros”.

A avaliação diferenciada como processo histórico desses sujeitos nos grupos sociais, utiliza a linguagem (signos) como instrumento de comunicação e de manifestação dos significados e das ressignificações, das traduções, da regulação, do controle e de embates, para além das contradições. O além a que se refere é o compreendido por Bhabha (2005, p. 19). Não é o novo e nem o abandono do passado, é o entre-lugar, é estar aqui e lá.

A sustentabilidade da escola indígena passa pela avaliação escolar; sem esquecer, no entanto, que esta escola se constitui como espaço de fronteira que possibilita as diferenças étnicas e tradução da cumplicidade. Nesse contexto, a pretensão é colaborar com a discussão sobre a avaliação do ensino e da aprendizagem, tanto de professores como dos alunos, evidenciando as diferenças, que seja um início para desterritorializar e ressignificar as políticas públicas destinadas às minorias.

Referências

BARTH, F. O guru, o iniciador – e outras variações antropológicas.

BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** Tratado de Sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BHABHA, H. K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BRAND, A. J. **Educação escolar indígena: o desafio da interculturalidade e da qualidade.** In: Série-estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, n. 12 (dez. 2001) Campo Grande: UCDB.

NASCIMENTO, A. C. **Escola indígena: palco das diferenças.** Campo Grande/MS: UCDB, 2004.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

SILVA, T. T. da. Currículo e identidade social: Territórios contestados. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003a.

SILVA, T. T. da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b.